

Sumário

Prefácio.....	IX
Introdução.....	1
1. A Colonialidade como Perspectiva de Leitura e de Análise dos Direitos dos Povos Indígenas	11
1.1. O Giro descolonial e a construção do campo do pensamento descolonial na América Latina	13
1.1.1. Colonialidade como face oculta da modernidade: origens e constituição do grupo de estudos Modernidade/Colonialidade.....	14
1.1.2. O significado do giro descolonial.....	26
1.1.3. Diferenças e aproximações entre colonialismo, pós-colonialismo e pensamento descolonial.....	32
1.2. Categorias teóricas críticas das dimensões da colonialidade	38
1.2.1. Colonialidade do poder, eurocentrismo e classificação social	39
1.2.2. Colonialidade do saber e epistemologias outras.....	48
1.2.3. Colonialidade do ser, discurso colonial e a construção do “outro” como inferior	58
2. Das Relações Coloniais às Rupturas Descoloniais: a Transformação do Quadro Normativo Indigenista e a Emergência da Territorialidade no Direito à Terra.....	67
2.1. A Colonialidade na relação histórica e jurídica entre Estado, sociedade e povos indígenas	69

2.1.1. O indígena enquanto categoria da situação colonial.....	70
2.1.2. Colonialismo interno e políticas de aculturação	79
2.1.3. A mudança de paradigma no Brasil e na América Latina: do integracionismo ao reconhecimento das diferenças	90
2.2. Direitos territoriais indígenas	102
2.2.1. A emergência da territorialidade e os processos de territorialização.....	103
2.2.2. Aportes dos Sistemas Universal e Interamericano de Direitos Humanos para a compreensão dos direitos territoriais indígenas	113
2.3. As terras indígenas na Constituição Federal de 1988 ...	125
2.3.1. O conceito sui generis de terras indígenas	126
2.3.2. Características das terras indígenas	131
2.3.2.1. Originariedade e Teoria do Indigenato.....	132
2.3.2.2. Tradicionalidade e cosmovisões indígenas	135
3. Análise da Colonialidade na Fundamentação da Tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal	141
3.1. O Supremo Tribunal Federal e a limitação temporal dos direitos territoriais indígenas	145
3.1.1. O julgamento da Petição nº 3388 da Terra Indígena Raposa Serra do Sol	146
3.1.2. A tese do marco temporal da ocupação de terras indígenas e a exceção do renitente esbulho.....	158
3.2. A colonialidade presente na fundamentação jurisprudencial do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal	168
3.2.1. Colonialidade do ser, violências e anti-historicidade	169

3.2.2. Colonialidade do saber, ocupação e resistência tradicionais	185
3.2.3. Colonialidade do poder e o contexto dos conflitos fundiários envolvendo terras indígenas	198
Conclusão	211
Referências Bibliográficas	217